



4106965

08620.006110/2020-41



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL**PROTEÇÃO TERRITORIAL****1º/2022****1. INTRODUÇÃO**

A Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) tem como atribuição a proteção das terras indígenas, com ênfase na garantia do usufruto exclusivo que o artigo 231 da Constituição Federal concede aos povos indígenas. As ações de monitoramento territorial podem ser de controle, tais como fiscalização; ou de prevenção, tais como capacitação, combate a incêndios florestais e planos de proteção. Essas ações são subsidiadas por informações obtidas por meio de diagnósticos *in loco* e de técnicas de sensoriamento remoto.

A aferição das ações executadas foi realizada por meio dos Relatórios de Atividades Executadas (RAEs) elaborados pelas Coordenações Regionais (CRs) da Funai, que são as unidades da Funai que executam diretamente a ação *in loco*.

Um gargalo para o monitoramento das ações executadas é o envio tardio dos RAEs pelas CRs, uma vez que as CRs apresentam carência de servidores. Ainda, desde de 2019 a CGMT tem atuado em regime de contingência devido ao déficit de servidores na unidade (conferir Processo Nup: 08620.002370/2019-12). Atualmente a CGMT conta somente com 10 servidores técnicos de atividade finalística (incluindo coordenadores de área), responsáveis por acompanhar as ações de proteção territorial em todas as terras indígenas brasileiras, o equivalente a 13% de todo o território nacional, enquanto em 2010 eram 23 servidores técnicos.

Assim, esse cenário impede mensurar corretamente a quantidade de TIs atendidas com ações de proteção territorial efetivamente executadas.

Até o presente momento a política de proteção territorial já alcançou 30,8% da sua meta que é de 40%.

Por fim, importa destacar que devido à mudança de monitoramento da política de trimestral para quadrimestral, foi exigido um longo tempo para readequação da base da CGMT.

2. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS**2.1 Metas e Indicadores Estratégicos**

NOME DO INDICADOR:	Percentual de Terras Indígenas atendidas				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	$(TIs \text{ Atendidas} / \text{Total de TIs}) * 100$				
POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:		Quadrimestral	
2019		2020		2021	
Meta Total (2020 a 2023)	Resultado	Meta Total (2020 a 2023)	Resultado	Meta Total (2020 a 2023)	Resultado
	-		121 TIs (sem reperição)		94 TIs (sem reperição)
40%	-	40%	16,2%	40%	12,6%
2022					
Meta Total (2020 a 2023)		Resultados			
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulado
		14 TIs (sem			219 TIs (sem

	reperição)	-	-	reperição)
40%	2,0%	-	-	30,8%
Data da Última Coleta:	04/02/2022		Fonte da Coleta:	SEI!

3. REGIONALIZAÇÃO

A Tabela 01 apresenta a quantidade de ações por Coordenação Regional, temática, ano e quadrimestre. Importa destacar que o quantitativo leva em consideração as ações contabilizadas por meio dos RAEs (ações efetivamente executadas).

Tabela 01: Ações de proteção territorial por Coordenação Regional, temática, ano e quadrimestre.

Rótulos de Linha	Fiscalização	Informação	Prevenção	Total Geral
Alto Purus			4	4
2020			2	2
3			2	2
2021			2	2
2			1	1
3			1	1
Alto Solimões	1			1
2020	1			1
3	1			1
Amapá Norte do Pará			15	15
2020			12	12
2			3	3
3			9	9
2021			3	3
3			3	3
Araguaia-Tocantins	20	3	44	67
2020	17	2	25	44
1	3	1	8	12
2	11	1	11	23
3	3		6	9
2021	3	1	19	23
1	2		5	7
2	1	1	11	13
3			3	3
Baixo São Francisco	8	1	1	10
2021	2	1	1	4
1			1	1
2		1		1
3	2			2
2022	6			6
1	6			6
Baixo Tocantins	1	3	5	9
2020			1	1
3			1	1
2021	1	3	4	8
2	1	2	3	6
3		1	1	2
Centro Leste do Pará	13	1	16	30
2020	1			1
2	1			1
2021	12	1	14	27
1	12		13	25
3		1	1	2
2022			2	2
1			2	2
Chapécó	1			1
2020	1			1
2	1			1
Cuiabá	5	5	15	25

2020	2		15	17
2	1		10	11
3	1		5	6
2021	2	1		3
2	2	1		3
2022	1	4		5
1	1	4		5
Dourados			1	1
2021			1	1
3			1	1
Guajara-Mirim	4	2	36	42
2020	4			4
2	4			4
2021		2	36	38
2		2	22	24
3			14	14
Guarapuava	1	1	5	7
2020			4	4
3			4	4
2021	1		1	2
3	1		1	2
2022		1		1
1		1		1
Interior Sul		1	4	5
2020			4	4
3			4	4
2021		1		1
3		1		1
Ji-Paraná	25		15	40
2020	18			18
1	1			1
2	13			13
3	4			4
2021	7		15	22
1	1			1
2	6		8	14
3			7	7
João Pessoa	8	6	3	17
2020	3	6		9
1		1		1
2	3	3		6
3		2		2
2021	3		3	6
3	3		3	6
2022	2			2
1	2			2
litoral Sudeste		1	2	3
2020			1	1
3			1	1
2021		1	1	2
1		1		1
3			1	1
Litoral Sul	5	1	14	20
2020	4		13	17
2	1		8	9
3	3		5	8
2021	1	1	1	3
2		1	1	2
3	1			1
Madeira		1	51	52
2020		1	43	44
1			3	3

2		1	21	22
3			19	19
2021			8	8
1			6	6
2			2	2
Manaus			11	11
2020			10	10
1			1	1
2			5	5
3			4	4
2021			1	1
3			1	1
Maranhão	8		41	49
2020	2		5	7
1	2			2
2			5	5
2021	6		34	40
1			1	1
2			32	32
3	6		1	7
2022			2	2
1			1	1
2			1	1
Médio Purus	7	1	14	22
2020	7			7
2	7			7
2021		1	14	15
2		1	9	10
3			5	5
Minas Gerais e Espírito Santo		2	6	8
2020			6	6
3			6	6
2021		2		2
3		2		2
Nordeste I		3	19	22
2020			10	10
2			3	3
3			7	7
2021		3	7	10
1			1	1
2		3		3
3			6	6
2022			2	2
1			2	2
Nordeste II	4	4	2	10
2020		4	1	5
2		4	1	5
2021	4		1	5
2	4			4
3			1	1
Noroeste do Mato Grosso	6	4	8	18
2020	5	2	4	11
2	2	2	4	8
3	3			3
2021		2	4	6
1			2	2
3		2	2	4
2022	1			1
1	1			1
Passo Fundo	8	3	5	16
2020	4	2	5	11
3	4	2	5	11

2021	4	1		5
2		1		1
3	4			4
Ponta Porã	2	1	2	5
2021		1	2	3
2			2	2
3		1		1
2022	2			2
1	2			2
Ribeirão Cascalheira		2	6	8
2020			3	3
1			2	2
2			1	1
2021		2	1	3
1		1		1
2		1	1	2
2022			2	2
1			2	2
Rio Negro	7		1	8
2020	3			3
2	1			1
3	2			2
2021	3		1	4
2			1	1
3	3			3
2022	1			1
1	1			1
Roraima	3	1	12	16
2020	3	1	7	11
1			2	2
2	1	1	1	3
3	2		4	6
2021			2	2
3			2	2
2022			3	3
1			3	3
Sul da Bahia	12	1	23	36
2020	1		22	23
2			12	12
3	1		10	11
2021	11	1	1	13
1			1	1
2	5			5
3	6	1		7
Tapajós	1	1		2
2020		1		1
3		1		1
2022	1			1
1	1			1
Xavante	1	1	5	7
2020	1	1	5	7
2		1	5	6
3	1			1
Xingu	11	1	9	21
2020	4		7	11
2	1		4	5
3	3		3	6
2021	6	1	2	9
1		1	2	3
2	4			4
3	2			2
2022	1			1

1	1		1
Total Geral	162	51	395
			608

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

Abaixo segue o montante de recurso descentralizado pela CGMT no 1º quadrimestre de 2022 (Tabela 02) e o gráfico com o montante de recurso descentralizado mensal e ações de proteção territorial planejadas no mesmo período (Figura 01). Importa destacar que esse dado é oriundo do banco de dados da Solicitação de Provisão Orçamentária (SPO) desta CGMT, elaborada após a aprovação do Plano de Trabalho de Proteção Territorial, ou seja, recurso descentralizado no âmbito das ações planejadas no quadrimestre em análise.

Tabela 02: Montante de recurso descentralizado e ações planejadas pela CGMT no 1º quadrimestre de 2022.

Meses	Quantidade de ações planejadas	Soma de Total
janeiro	23	R\$ 803.382,82
fevereiro	21	R\$ 382.339,82
março	121	R\$ 1.601.272,67
abril	116	R\$ 836.829,44
Total Geral	281	R\$ 3.623.824,75



Figura 01: Montante de recurso descentralizado e ações planejadas pela CGMT no 1º quadrimestre de 2022.

A Tabela 03 apresenta a quantidade de ações planejadas distribuídas por mês e por tipo de atividade (Prevenção de Ilícitos, Informação Territorial e Fiscalização).

Tabela 03: Distribuição das ações planejadas por mês e por tipo de atividade.

Meses	Prevenção	Informação	Outras (questões administrativas)	Fiscalização
janeiro	15	2	3	3
fevereiro	15	-	4	2
março	91	5	5	20
abril	66	10	1	39
Total Geral	187	17	13	64

No período em análise a CGMT descentralizou R\$ 3.623.824,75 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) para 281 ações que foram planejadas no 1º quadrimestre de 2022.

A Tabela 04 mostra o montante de recurso descentralizado por Unidade da Federação (UF) no período deste relatório.

Tabela 04: Montante de recurso descentralizado no 1º quadrimestre de 2022 por Unidade da Federação (UF).

Ufs	Valor
AC	R\$ 78.153,11
AL	R\$ 3.518,00
AM	R\$ 501.716,49
BA	R\$ 41.023,90
CE	R\$ 14.086,00
DF (questões administrativas)	R\$ 1.050.000,00
MA	R\$ 144.000,40
MS	R\$ 16.857,88
MT	R\$ 512.076,04
PA	R\$ 908.757,17
PB	R\$ 16.188,41
PR	R\$ 7.257,00
RO	R\$ 4.090,00

RR	R\$ 45.949,48
RS	R\$ 27.355,39
SC	R\$ 9.880,98
SP	R\$ 6.793,00
TO	R\$ 236.121,50
Total Geral	R\$ 3.623.824,75

Já a Tabela 05 apresenta a quantidade de TIs com ações de proteção territorial planejadas no 1º quadrimestre de 2022 por Coordenação Regional. Portanto, no período em análise foi descentralizado recurso da CGMT para execução de ação em 93 TIs.

Tabela 05: Quantidade de TIs atendidas por CR no 1º quadrimestre de 2022.

CRs	Quantidade de TIs Atendidas
Alto Purus (Rio Branco)	1
Araguaia Tocantins	1
Baixo São Francisco	1
Baixo Tocantins	3
Campo Grande	0
Centro Leste do Pará (Altamira)	12
CFIN (questões administrativas)	0
Cuiabá	10
Dourados	0
Guarapuava	2
Interior Sul	4
Ji-Paraná	0
João Pessoa	1
Kayapó Sul do Pará	0
Litoral Sudeste	2
Litoral Sul	5
Madeira	6
Manaus	0
Maranhão	0
Médio Purus	17
Nordeste 1	2
Nordeste 2	8
Noroeste do MT	1
Passo Fundo	4
Ponta Porã	1
Ribeirão Cascalheira	2
Rio Negro	4
Roraima (Boa Vista)	4
Sul da Bahia	0
Tapajós	0
Xavante	0
Xingu	2
Total Geral	93

5. ANÁLISE DO RESULTADO

a) Pontos positivos durante a execução;

Todos os formulários da CGMT (Plano de Trabalho de Proteção Territorial, Parecer, Relatório de Atividades Executadas) foram reformulados com o objetivo de alinhamento com o Manual de Proteção Territorial e torná-los mais concisos, intuitivos e precisos, ou seja, com dados relevantes para a produção de informações gerenciais.

b) Pontos negativos durante a execução;

Desde de 2019 a CGMT tem atuado em regime de contingência devido ao déficit de servidores na unidade (conferir Processo Nup: 08620.002370/2019-12). Atualmente a CGMT conta somente com 10 servidores técnicos de atividade finalística (incluindo coordenadores de área), responsáveis por acompanhar as ações de proteção territorial em todas as terras indígenas brasileiras, o equivalente a 13% de todo o território nacional, enquanto em 2010 eram 23 servidores técnicos.

O maior desafio para o monitoramento das ações de monitoramento territorial é a

implementação de um sistema informatizado que permita acompanhar a execução das atividades de proteção territorial. O instrumento utilizado para o monitoramento, Relatório de Atividade Executada (RAE), é totalmente manual e demanda tempo para a sua elaboração.

c) Alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

A reformulação dos formulários (Plano de Trabalho de Proteção Territorial, Parecer, Relatório de Atividades Executadas) facilitou a busca de informações gerenciais para o monitoramento da política. Contudo, o monitoramento ainda é dificultoso por ser todo manual.

6. PROJETOS

6.1 Projetos Estratégicos

Nome do Projeto:	Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/Funai
Caracterização do Projeto:	O referido projeto foi aprovado pela PORTARIA Nº 1025/PRES, de 08 de setembro de 2020 e tem como objetivo: Estabelecer rede de órgãos e de instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do Centro de Monitoramento Remoto - CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema. O CMR foi desenvolvido para possibilitar o acompanhamento diário de ocorrências como desmatamento, degradação, mudança de uso e de ocupação do solo nas terras indígenas. As informações geradas a partir de imagens captadas pelo satélite Landsat-8 são subsídios indispensáveis para o planejamento de ações de proteção territorial e ambiental.

O referido projeto parte do pressuposto de que a atuação do órgão indigenista em todas as localidades em que o Centro de Monitoramento Remoto (CMR) aponta alteração na cobertura vegetal torna-se inviável, uma vez que não há disponibilidade orçamentária e de recursos humanos suficiente. Além do mais, a atuação em todas os polígonos é ineficaz, pois há polígonos que configuram atuação dos próprios indígenas em suas atividades de subsistência, abertura de áreas para dar espaço aos roçados, novas aldeias, e nem todos os polígonos tem potencial de se tornarem grandes áreas desmatadas.

O objetivo final é contribuir e dar transparência na tomada de decisão quando se toma conhecimento de ilícitos em TIs, o que permitirá a adoção de medidas efetivas de comando e controle.

A parte técnica do projeto tem sido executada por este Coordenador de Informação Territorial, com apoio do Cenima/Ibama e a servidora Camila Bonassio lotada na CR-CLPA. A sobrecarga de trabalho impede que este servidor se dedique ao projeto na carga horária que é necessária para o avanço satisfatório das etapas de construção do projeto, o que leva ao atraso do cronograma. O servidor já acumula as atribuições da Coordenação de Informação Territorial (COIT), do Centro de Monitoramento Remoto (CMR), além de outras atividades da CGMT, como o monitoramento da política de proteção territorial e ponto focal de Coordenações Regionais.

Desde de 2019 a CGMT tem atuado em regime de contingência devido ao déficit de servidores na unidade (conferir Processo Nup: 08620.002370/2019-12). Atualmente a CGMT conta somente com 10 servidores técnicos de atividade finalística (incluindo coordenadores de área), responsáveis por acompanhar as ações de proteção territorial em todas as terras indígenas brasileiras, o equivalente a 13% de todo o território nacional, enquanto em 2010 eram 23 servidores técnicos.

A servidora Camila Pessin Bonassio colaborou com o projeto por meio de força-tarefa em Brasília, momento em que se dedicou quase que exclusivamente ao projeto em questão. Este apoio permitiu avançar com o projeto, pois a mesma tem conhecimento em análise espacial, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e linguagem de programação Python e SQL. Essas habilidades técnicas são basilares para a construção do projeto.

O domínio sobre geotecnologias e pacote de programas e linguagens é mandatório para execução das etapas do projeto. Conforme pode ser verificado nas Informações Técnicas 2288958, 2501944, 3242381, 3333894, 3333182 e 4049366, o projeto requer um conhecimento altamente especializado.

Em suma, a construção do Projeto Estratégico "Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/FUNAI" tem demandado bastante tempo de dedicação, uma dificuldade face a carência de servidores nesta CGMT e a sobrecarga de trabalho do Coordenador de Informação Territorial. Em adicional, o projeto requer conhecimento avançado em geotecnologias, bem como

domínio em linguagens de programação.

A falta de pessoal especializado para apoiar a execução do referido projeto tem sido um obstáculo ao cumprimento do cronograma. A chefia da servidora Camila Pessin Bonassio negou a sua designação para apoiar a execução do projeto - ver Ofício 395 (4073023). Na oportunidade, pretende-se buscar junto à CGGP algum servidor com as qualificações mínimas necessárias.

7. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	20UF	0001	12.384.502	3.301.394	26,6	2.418.504	19,5	743.598	6,0
Orçamento Federal (Recurso de Emenda Parlamentar)									
TEDs									
Convênios									
Renda Indígena									
Outras Fontes*									
Total			12.384.502	3.301.394	26,6	2.418.504	19,5	743.598	6,0
Observações:									

7.1 Análise da Execução Orçamentária

O principal desafio é a carência de recursos humanos na CGMT e nas unidades descentralizadas que dificulta a execução de ações em campo, elaboração de contratos de aquisição de bens de consumo e permanentes, que reflete negativamente na execução orçamentária.

8. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio						
TED						
Contrato - Aquisição Direta (doações)						
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) <i>(considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)</i>	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Transferência Fundo a Fundo						
Acordos de Cooperação	3	1*	2**	0	Não Informado	NSA
Outros**						
Total						
Observações:		*o montante orçamentário é distribuído pelo bem ou serviço e não por política; ** não há transferência de recurso				

9. RISCOS

Tipo de Risco:					Resposta ao Risco:
(1) Externo;					(1) Aceitar o risco
(2) Operacional;					(2)
	Evento do Risco	Gravidade (impacto)	Tendência (probabilidade)	Plano de	

(2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário	Evento de Risco	(Impacto potencial)	(Probabilidade de ocorrer)	Contingência	Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	Insuficiência de recursos financeiros	Extremo	Média	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros	2
2	Insuficiência recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Extremo	Alta	Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas.	2
2	Interrupção do CMR	Extremo	Alta	Manter a operação contínua do CMR e buscar cooperação financeira.	4
2	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das CRs e CTLs.	Alto	Alta	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços	2
3	Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	Alto	Alta	Promover espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas	2
2	Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)	Alto	Alta	Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs	3

Artefato de controles implementados

Nº	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim
						Adotou-se gestão estratégica dos recursos de forma			

01	Insuficiência de recursos financeiros	Extremo	Mitigar o risco	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros.	Preventivo	a atender plenamente as ações de proteção territorial, especialmente as ações prioritárias; Emenda parlamentar, Acordos de Cooperação Técnica e Financeira. Remanejamento de recursos de investimento para custeio.	CGMT/Alcir	janeiro	abril
02	Insuficiência recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Extremo	Mitigar o risco	Realizar Concurso Externo. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas	Preventivo	Constituição de força tarefa nesta CGMT; Uso de força policial para reforçar e aumentar a efetividade das barreiras sanitárias e postos de controle de acesso - Lei nº 14.160, de 2 de junho de 2021; Colaboradores eventuais.	CGMT/Alcir	janeiro	abril
03	Interrupção do CMR	Extremo	Evitar o risco	Manter a operação contínua do CMR	Preventivo	O CMR está em operação por meio de decisão judicial em âmbito da ACP 1012640-89.2020.4.01.3900	Coit/Greison	janeiro	abril
04	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de proteção territorial, por parte das CRs e CTLs.	Alto	Mitigar o risco	Aprimorar mecanismos de gestão. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços.	Preventivo	CRs que apresentam melhor estrutura logística, operacional e administrativa apoiar as CRs em situação deficiente.	CGMT/Alcir	janeiro	abril
05	Constantes iniciativas legislativas de alteração do marco legal que afeta o tema	Alto	Mitigar o risco	Promover espaços interinstitucionais de concertação. Promover articulação com as casas legislativas com o objetivo de qualificar as iniciativas	Corretivo	Consulta e solicitação de orientação à PFE, de modo a se adequar as alterações legais que tocam esta unidade.	CGMT/Alcir	janeiro	abril
06	Terras indígenas ocupadas por não-indígenas (intrusadas)	Alto	Transferir o risco	Promover ações efetivas de extrusão de não indígenas após o processo de regularização de TIs	Preventivo	Apoio de outros órgãos para apoiar na execução da ação, especialmente no âmbito do Plano Amazônia 2021/2022.	Cofis/Luiz	janeiro	abril

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior desafio para o monitoramento das ações de monitoramento territorial é a implementação de um sistema informatizado que permita acompanhar a execução das atividades de proteção territorial. O instrumento utilizado para o monitoramento, Relatório de Atividade Executada (RAE), é totalmente manual e demanda tempo para a sua elaboração.



Documento assinado eletronicamente por **Greison Moreira de Souza, Coordenador(a)**, em 13/05/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4106965** e o código CRC **3ADCD245**.

Referência: Processo nº 08620.006110/2020-41

SEI nº 4106965